

## 1. Documento: 24695-2021-4

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 24695/2021

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Despacho

**Assunto:** Não Cadastrado

**Unidade Protocoladora:** DOF - DIRETORIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS

**Data de Entrada:** 24/08/2021

**Localização Atual:** SELC - SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**Cadastrado pelo usuário:** JULIATC

**Data de Inclusão:** 25/08/2021 17:57

**Descrição:** Resposta ao pedido de informação sobre impugnação ao edital da Tomada de Preços 01/2021

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 24695-2021-4

**Nome:** DES.565 - epad 24695.21. Resposta ao email SELC - impugnação de edital.pdf

**Incluído Por:** DIRETORIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS

**Cadastrado pelo Usuário:** MDINIZ

**Data de Inclusão:** 25/08/2021 17:44

**Descrição:** Desp.DOF.N.565.21

### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
MARILIA SOUZA DINIZ ALVES	Login e Senha	25/08/2021 17:44

---

**Documento Gerado em 25/08/2021 18:41:26**

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.

**DESPACHO/DOF/565/2021**  
**e-PAD 24695/2021**

**Referência: E-mail SELC ([doc. n. 24695-2021-1](#))**

**Assunto: Pedido de esclarecimentos sobre a impugnação ao edital da Tomada de Preços 01/2021 no que tange à questão da dotação orçamentária e da admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz.**

Esta Diretoria de Orçamento e Finanças e a Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas receberam, em 23 de agosto de 2021, e-mail enviado pela Secretaria de Licitação e Contratos solicitando esclarecimentos sobre questionamentos da empresa TK Elevator concernentes à dotação orçamentária e à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz, relatados na impugnação ao edital da Tomada de Preços 01/2021.

Com relação à dotação orçamentária, a empresa cita o trecho do edital que trata da dotação, solicita esclarecimentos e faz alusão o art. 7º, parágrafo segundo, inciso III, da Lei nº 8666/93, que prevê que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários. Informamos que o processo está devidamente instruído no e-pad 22144/2021, não havendo nenhuma irregularidade ou omissão de informações, conforme prevê o referido artigo da Lei 8666/93, estando os recursos corretamente previstos na INFORMAÇÃO N. SEPEOC/SEO/190/2021 ([doc. n. 28173-2020-64](#)).

Além disso, a TK Elevator pontua que *“sem a competente previsão orçamentária a licitante interessada não tem ciência da forma como será realizada a emissão de notas fiscais”*. Salientamos que a despesa orçamentária é classificada independentemente do tipo de documento fiscal emitido pela contratada. Para a emissão das notas fiscais a empresa deve observar o enquadramento do tipo de serviço executado na legislação tributária. A Lei Complementar 116/2003 traz o seguinte:

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

O serviço de manutenção de elevadores se enquadra no subitem 14.01 do anexo da Lei Complementar 116/2003, que descreve a atividade de "Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)".

Atualmente, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região tem contratos de manutenção de elevadores firmados com diversas empresas (contratos 17SR065, 17SR066 e 19SR024), inclusive com a empresa em questão, e todas emitem apenas uma Nota de Serviços englobando toda a despesa, sem distinguir material ou serviços. Porém, conforme excetua o item 14.01, caso a empresa opte por discriminar o valor referente as peças e partes empregadas, deve emitir, além da nota fiscal de serviços, uma nota fiscal de venda mercantil, não sendo necessário, para tanto, alterar a classificação orçamentária.

Com relação aos esclarecimentos sobre a possibilidade de emissão de notas com CNPJs distintos, registra-se, s.m.j., que não há menção no edital envolvendo serviços prestados pela matriz/filial.

Contudo, esta unidade já foi instada a se manifestar em 2019 sobre questionamento semelhante (epad 38565/2018), onde o assunto foi amplamente abordado, tendo sido sugerido à época o encaminhamento à análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, para se firmar o entendimento a ser aplicado no âmbito deste Tribunal ([doc. epad. n. 38565-2018-26](#)), sugestão essa que se repete no presente momento.

Em complemento, no intuito de colaborar com a decisão a ser tomada pela Administração, interessante registrar trechos do Acórdão 1.923/2003-TCU,

invocado pela recorrente, mas não referenciados em seu apelo:

“Item 15.3

(...) a matriz poderia valer-se de suas filiais com a utilização de outras rotinas contábeis e fiscais, tendo como exemplo as notas fiscais de simples remessa emitidas pelas filiais em razão da nota fiscal emitida pela matriz”

“Item 15.4

(...) a Administração não pode ficar à mercê de questionamentos contraditórios de empresas interessadas em participar de certames licitatórios, questionamentos estes que se alteram a seu bel-prazer.”

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

**MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES**  
Diretora de Orçamento e Finanças